

PRISCILA

O RECIFE ACREDITA

UMA PROPOSTA EM DEBATE

O RECIFE ACREDITA – UMA PROPOSTA EM DEBATE

Desde os meus primeiros passos na vida pública, como vereadora, função que exerci por três mandatos seguidos, compreendo a política como a arte de identificar e solucionar as necessidades coletivas.

Assim, no momento em que me apresento ao eleitor como candidata a prefeita, junto a minha experiência na instituição política mais próxima das pessoas – o parlamento municipal – à visão de especialistas e da população em geral. O resultado é “O Recife Acredita – uma proposta em debate”, que traz um conjunto de diretrizes e propostas com o objetivo de atender às demandas e desejos dos cidadãos recifenses.

Como se poderá notar as propostas não estão prontas e acabadas, nem configuram a definição de um plano de governo. E não poderia ser diferente.

Primeiro, porque isto estaria em desacordo com o rigor técnico que embasa o conceito de planejamento governamental. Segundo, porque escaparia do espírito da lei que busca estimular ideias, visões de mundo, programas partidários, propostas dos candidatos e, a partir do debate democrático – intensificado na campanha eleitoral que ora se inicia –, assumir compromissos e construir um plano de governo que, efetivamente, esteja em sintonia com as aspirações da sociedade.

Neste sentido, busquei como fonte de inspiração a experiência vivida na conquista e no exercício de três mandatos populares como vereadora pela cidade do Recife e o mandato de deputada estadual, em curso. A propósito, são experiências que exigem permanente proximidade com o eleitor, valioso aprendizado que se concretiza em recíproca confiança e na observância do princípio da assunção de responsabilidade e periódica prestação de contas, em respeito ao povo que represento e ao valor democrático da **transparência**.

Cuidei, pois, na formulação de O RECIFE ACREDITA – UMA PROPOSTA EM DEBATE, de obedecer a quatro razões básicas.

A primeira razão é de ordem política. Resulta da **sensibilidade em captar os desejos das pessoas, projetados em anseios e expectativas coletivas**. A sensibilidade política significa escutar a voz das ruas de modo a definir conjuntamente rumos estratégicos para uma caminhada solidária na edificação de uma cidade boa para ser vivida por todos que nela habitam, e por aqueles que por ela passam. Nesse sentido, já venho ampliando o debate sobre as demandas reais da população recifense a partir da participação dos cidadãos por meio das redes sociais com a seção “Você prefeito(a)” publicada no Facebook (www.facebook.com/priscilakrauseoficial).

A segunda razão atende ao primado técnico que aponta **o que é factível e viável de ser realizado**. Dela se escuta o chamamento às limitações do mundo real. Sem abandonar a ampliação dos limites do possível, na medida em que incorpore a capacitação

adequada e a assimilação dos avanços tecnológicos de um mundo digital e interconectado. A inovação tecnológica, entretanto, somente faz sentido se uma **cidade inteligente** for capaz de resolver, de forma eficiente, os problemas que afetam o dia a dia do cidadão.

A terceira razão responde ao teste da viabilidade financeira frente ao tecnicamente possível. Por definição, os recursos serão sempre escassos, ainda que diante da escolha correta das prioridades. **Governar é fazer escolhas que resultam em consequências para milhares ou até milhões de indivíduos, afetando o modo de se viver e a qualidade de vida. A superação da escassez de recursos é o maior desafio com que se defronta o gestor público, em especial, de uma cidade múltipla, complexa e socialmente desigual.**

Mas não pode imobilizar o gestor e muito menos servir como argumento do não fazer. Para tanto, **cabe introduzir na cultura da gestão orçamentária a cultura do *gastar bem e gastar certo*, que são alicerces fundadores da qualidade do gasto.** A qualidade do gasto significa usar o recurso público com o máximo de retorno social. Na prática, é um **processo de permanente monitoramento e avaliação dos dispêndios nos programas setoriais.** Este processo pode ser sintetizado numa **cláusula pétrea: é proibido desperdiçar.**

Por fim, a quarta razão atribui ao prefeito **o papel de liderar um processo de transformação, o que transcende ao dever de gerir uma estrutura administrativa.** É a razão que permeia todas as razões. Consiste em dialogar, explicar, convencer e mobilizar a pluralidade dos atores sociais para um fazer coletivo. Importa em despertar a responsabilidade cidadã e, com ela, compartilhar o poder de governar, respondendo a dois pressupostos: **a ética pública como um dever indeclinável de respeitar e zelar pelo bem coletivo; e a ética intergeracional como garantia de uma cidade sustentável, para que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer as necessidades das gerações futuras.**

Desta forma, submeto este documento à legitimidade do processo democrático, sem perder de vista a viabilidade dos compromissos assumidos com a população.

Priscila Krause

I. CONCEPÇÕES E DIRETRIZES

- RECIFE SINGULAR E PLURAL
- PALAVRA É COMPROMISSO
- SUSTENTABILIDADE
- CIDADES INTELIGENTES
- A CIDADE METROPOLITANA
- ORÇAMENTO E OS RECURSOS DO CONTRIBUINTE
- A NOSSA CASA

II. ESTRUTURA TEMÁTICA

- GESTÃO
- PLANEJAMENTO URBANO
- TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS
- MOBILIDADE
- MEIO AMBIENTE
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- SEGURANÇA
- HABITAÇÃO
- CULTURA
- ESPORTES E LAZER
- DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
- TRABALHO, RENDA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS
- TURISMO

I. CONCEPÇÕES E DIRETRIZES

O RECIFE SINGULAR E PLURAL

No processo de elaboração deste documento que estabelece o ponto de partida de minha candidatura para prefeita do Recife, pensei que como eleitora eu gostaria muito de saber com quais olhos cada candidato enxerga essa cidade que se dispõe a governar. Afinal de contas, é a partir da forma como vemos a realidade que passamos a agir sobre ela.

Durante parte da minha infância e da minha adolescência morei na Rua Estrela, bem na conjução de Parnamirim, Tamarineira e Casa Amarela. A Rua Estrela, de nome tão cheio de poesia, é uma rua agradável e tranquila. Todo santo dia por lá passava um caminhão com o pessoal que varria e recolhia o lixo, que moradores colocavam em sacos apropriados para a coleta. Usavam farda e luvas: os garis. Lembro-me bem de como aprendi (talvez com alguma surpresa) que aqueles homens mereciam muito respeito porque faziam um trabalho nobre para a cidade, pois limpavam o que a gente sujava.

Bem perto dali fica o Sítio da Trindade, para onde eu ia passear com meus pais. Me explicaram que aquilo era um lugar histórico, além de ser um parque para o lazer das pessoas. Lembro de haver por ali um grupo escolar, com meninos e meninas fardados, e de um posto de saúde, onde, segundo minha mãe, fui vacinada contra a poliomielite. Quando o sol se punha, as lâmpadas dos postes automaticamente iluminavam a rua inteira.

Foram estas marcantes imagens que, mais tarde, se associaram, na minha imaginação, aos serviços públicos de limpeza urbana, saúde, educação e lazer. Foi por essa época que aprendi que aqueles e outros serviços eram prestados pela prefeitura do Recife, e pagos por nós - cidadãos-contribuintes, por meio de taxas e impostos.

Os fatos aqui narrados podem ser muito prosaicos, porém, me deixaram importantes lições: eu morava em uma casa habitada por meus amores, minha família, e convivia nas ruas e no parque com algumas pessoas amigas e, muitas, desconhecidas; eu era habitante de um bairro, e vivia numa “casa” geográfica e afetivamente ampliada: a cidade.

Muito rapidamente o Recife foi se tornando a base essencial da minha geografia sentimental. Eu simplesmente não consigo me imaginar vivendo em nenhuma outra cidade do mundo, não importa o quão bela e organizada ela possa ser. Foi no Recife que vivi minha infância, marcada pelos vendedores de cuscuz, caldo de cana, doce japonês, nêgo bom, pipoca, pirulito e algodão na porta de casa.

Foi no Recife que descobri e amadureci minha vocação para a vida pública. Foi esta cidade que me ensinou sobre a importância do poder local, o poder da proximidade, aquele que atende as urgências do cotidiano e desafia os seus ocupantes a olhar para o futuro da cidade.

Esse Recife das minhas vivências, das memórias, dos afetos, dos cheiros e sabores da infância é o Recife singular. É o Recife amado tão profundamente que posso dizer com profunda convicção, emprestando as palavras de Gilberto Freyre: é o pedaço do mundo onde posso ser mais verdadeiramente eu mesma.

Ocorre que esse Recife que eu amo é também um Recife plural, diverso e contrastante. E é pela sensibilidade dos nossos poetas, e a partir do nosso Capibaribe que eu gostaria de falar dos muitos Recifes.

Peço a sua licença e a sua companhia para fazermos um passeio imaginário. Entremos num barquinho, partindo da praça do Marco Zero.

Enquanto o barco inicia seu deslizar suave, contemplamos a praça banhada pelo sol ainda morno da manhã e carinhosamente afagada pela brisa marinha. Uma dúvida nos assalta: que cidade no Brasil desfruta do privilégio de possuir, encravada em sua principal esplanada, uma rosa-dos-ventos concebida por Cícero Dias bem defronte do parque de esculturas das obras de Francisco Brennand, erguido sobre arrecifes de coral? Simplesmente, uma belíssima *conversa* entre dois gênios universais das artes plásticas. O Recife que deslumbra e seduz, com sua combinação entre a inspiração humana e a inspiração divina.

Ao longo do percurso do barco, fica tão fácil entender o significado do conceito “Recife, cidade anfíbia”, assim como a voz da poesia pernambucana que exalta os encantos naturais da cidade e ao mesmo tempo relata os traços marcantes da tragédia urbana: “No ponto onde o mar se extingue/e as areias se levantam/cavaram seus alicerces/na surda sombra da terra/levantaram seus muros/do frio sono das pedras. Depois armaram seus flancos:/trinta bandeiras azuis/plantadas no litoral./**Hoje, serena flutua,/metade roubada ao mar,/metade à imaginação,/pois é do sonho dos homens/que uma cidade se inventa**”. Como nos ensinam a compreender a vocação anfíbia do Recife esses versos que iniciam o “Guia Prático da Cidade do Recife” de Carlos Pena Filho.

Ultrapassada a foz, o Rio Capibaribe desenha a sinuosa natureza da cidade onde se misturam os mais diversos e contrastantes elementos da realidade urbana. Olhando o Recife a partir do seu Rio, podemos entender mais profundamente “O Cão Sem Plumas” que o menino João Cabral passava horas contemplando, de suas margens, no bairro da Jaqueira: “A cidade é passada pelo rio/como uma rua/ é passada por um cachorro;/uma fruta/por uma espada (...) Aquele rio/ era como um cão sem plumas./Nada sabia da chuva azul,/da fonte cor-de-rosa,/da água do copo de água,/da água de cântaro,/dos peixes de água/da brisa da água./Sabia dos caranguejos/de lodo e ferrugem”.

Pelas mãos do grande poeta, o Rio se transforma na metáfora mais cortante e contundente da miséria. É o Recife triste. O Recife que nos enche de vergonha, não pelo que ele é, mas pelo que fazemos com ele e com seus habitantes.

Porém, quando a tristeza nos quer pegar, pedimos socorro à “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira, que descreve o passado como um orgulhoso saudosista e relembra um Recife vivo na memória, real, pulsante, romântico. Bandeira recorda a casa do avô naquela cidade da infância e inconformado diz “Nunca pensei que ela acabasse!/Tudo lá parecia eternidade/Recife...”.

E com a ajuda de Joaquim Cardozo, olhamos para as pontes que o poema “Tarde no Recife” descreve. O “Recife romântico dos crepúsculos das pontes” é evocado como um testemunho perene de uma cidade vivida e sonhada. De súbito, encontramos no mesmo poeta um grito de tristeza e desesperança, “Recife morto”, uma narrativa dolorosa e contundente, cujo final é um choque de um futuro sombrio: “Duendes!/Manhã vindoura. No ar prenúncios de sinos. Recife/ao clamor desta hora noturna e mágica,/vejo-te morto, mutilado, grande/pregado à cruz das novas avenidas/e as mãos longas e verdes da madrugada te acariciam”. Recife morto pelos que, no afã de modernizar a cidade, ignoram suas raízes, desrespeitam sua História. Já passa da hora de aprendermos essa lição.

Uma a uma vamos cruzando as pontes que conferem ao Recife sua identidade única. Sobrados históricos, compridos, e estreitos casarões com suas memórias seculares. Pouco adiante, prédios modernos, espelhados, a grande torre que marca o Pólo Digital e nos remete a um futuro promissor. Fechamos o circuito voltando ao Marco Zero.

Terminado o passeio, ficamos com a constatação: o nosso Recife é uma cidade partida. Uma cidade é a criação de Deus, linda, charmosa, a recatada geografia que se descobre aos poucos; a outra, inventada pelos homens, é mal tratada, descuidada, extremamente contrastante, carente de responsabilidade solidária para ser digna de ser vivida pelos nossos descendentes.

Lancei mão do Rio e dos poetas para refletir sobre os nossos Recifes porque acredito que aos artistas é dado o dom de ver, rever, antever e transver. Por conta desta junção miraculosa do olhar privilegiado, entro no sonho do notável compositor pernambucano J. Michiles para renovar o ânimo no “delirante poema/Recife manhã de sol”.

Encerro com essa nota da esperança. De um lado, eu acredito que o Recife pode ser tudo que quisermos e decidirmos fazer dele, e com ele. De outro, eu acredito no poder local, na proximidade, essa face humana do poder, com sua capacidade de transformar, de verdade, a vida das pessoas.

São tais certezas que me trazem a este momento, em que me apresento aos recifenses como uma alternativa para a gestão de uma cidade tão bela como desafiadora.

PALAVRA É COMPROMISSO

Um grande político alemão disse que existem três ocasiões em que se mente muito: antes de uma guerra, depois de uma caçada e durante uma eleição.

Deixando de lado o humor germânico, afirmam os filósofos que a necessidade de fazer uma promessa decorre da dúvida quanto à sua concretização. Daí a ênfase e a forma solene de que se revestem as promessas.

No campo da política e, em especial, no tempo das eleições, o que era para ser um debate de ideias, como conteúdo da Política, se desloca em direção aos personagens – os candidatos. E o personagem faz parte de um espetáculo, em que se “fabrica” uma imagem e se coloca em prática a arte de fazer acreditar no que diz o personagem. Ou seja, a arte de mentir progrediu notavelmente, particularmente com a revolução da tecnologia da informação e da comunicação, e forneceu os elementos constitutivos do marketing político.

A propósito, não é exagero afirmar que o espetáculo na política “despolitizou” a Política. E a consequência mais evidente está no formato das campanhas milionárias e na natureza das competições que colocam na boca dos candidatos promessas e propostas irrealizáveis. O segredo do sucesso, pela cartilha do marketing, está na capacidade de acender a esperança, um bem necessário para que as pessoas enfrentem as desventuras da vida.

Por esta razão nunca se falou tanto, neste país, em estelionato eleitoral: o sujeito promete num dia e descumpre no primeiro dia de governo. A consequência: uma grave e preocupante crise de confiança nos políticos e – muito mais sério – na Política.

Nesse sentido, há muito tempo o Brasil clama por uma reforma política capaz de corrigir e aperfeiçoar a democracia representativa vigente, inclusive por meio da adoção de medidas que corrijam as distorções geradas pelo ilusionismo das campanhas. A necessidade é antiga, porém, se tornou urgente.

Em dezembro de 2008, apresentei Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Recife que instituiria a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do “Programa de Metas” pelo Poder Executivo, cujo conceito fundamental é a compatibilidade dos compromissos eleitorais com as prioridades da gestão, aliado a metas quantificadas, assentadas em critérios de viabilidade financeira, transparência, eficiência, responsabilidade gerencial e prestação de contas.

De acordo com o Projeto de minha autoria, o “Programa de Metas” de qualquer candidato eleito, apresentado até noventa dias da posse do então novo Prefeito, ao tratar das prioridades e das respectivas ações estratégicas para o quadriênio, definiria indicadores de medição de desempenho de acordo com critérios técnicos. Na prática, isso significaria a institucionalização, na esfera do Poder Executivo municipal, da muito

saudável prática de *accountability*, velha e boa conhecida de quem gere o seu próprio negócio. Infelizmente, o projeto não prosperou.

Essa reflexão aqui exposta tem o propósito de dizer a você, recifense, que, eleita prefeita, um de meus primeiros atos será o reenvio deste Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal, porque acredito que o seu conteúdo contribuirá para campanhas eleitorais realistas, gestões responsáveis, qualificação dos gastos, avaliação e acompanhamento e continuidade das políticas públicas e, sobretudo, para a promoção e aprofundamento da democracia participativa.

Deveria estar óbvio, mas é bom que se deixe registrado com todas as letras, que ao defender um projeto dessa natureza, estou reafirmando meu compromisso com uma vida pública inteiramente pautada pela **transparência**. Sei bem que estamos todos calejados por eleições e eleições cheias de promessas vãs. Neste momento, parece muito difícil acreditar em qualquer palavra que venha da boca de um político. Quantos candidatos já não mexeram irresponsavelmente com nossos sonhos? Quantos não manipularam nossas esperanças?

Mesmo ciente do ceticismo que toma conta de tantas pessoas, calejadas por desilusões sucessivas, preciso deixar dito, com toda clareza, que não farei uma campanha baseada em promessas irrealizáveis. Ninguém jamais colocou palavras na minha boca, e não será agora que isso vai acontecer. Se em qualquer momento desse processo eu sentir que fazer promessas vãs, brincar com os sonhos, com a esperança das pessoas é o único caminho para eu me eleger, eu deixarei essa disputa. Aprendi, em casa, que há limites claros para o exercício do Poder e da Política. E esses limites estão estabelecidos pela Dignidade, pelo Respeito ao outro e pela Coerência.

O maior avalista do meu compromisso de transparência com o eleitor recifense é a minha vida pública. São os meus 12 anos de atividade como parlamentar, na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa. Em todos os meus mandatos, exerci com profundo compromisso os três papéis essenciais do Poder Legislativo: propor caminhos para a cidade (ouvindo as pessoas que nela vivem), ser a voz daqueles que represento e fiscalizar. Minha vida aí está para ser escrutinada pelos recifenses.

Minha candidatura a prefeita nasceu da convicção de que existe um outro modo de fazer gestão. Eu acredito nisso. Porém, sei que só conseguiremos avançar como coletividade. Cada cidadão precisa acreditar. Cada cidadão precisa exercer seu papel fiscalizador, cada eleitor precisa exercer o voto consciente. E aqui coloco um questionamento: o que é mais grave: enganar ou se deixar enganar?

O que empresta qualidade aos regimes democráticos, além da qualidade e eficiência das leis e das instituições, é a base cultural de uma cidadania crítica e ativa.

Por isso, esta *Proposta em debate* é também uma convocação: **Vamos acreditar juntos.** Vamos construir **juntos** o Recife que desejamos.

SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um conceito recente e uma espécie de ideia-força presente nas reflexões e na agenda do mundo contemporâneo. Hoje, a sustentabilidade está incorporada ao conceito de desenvolvimento que, ou é sustentável, ou não merece a denominação clássica de desenvolvimento.

A questão da sustentabilidade teve origem no debate sobre a questão ambiental, como um desafio ao crescimento econômico que precisava deixar de pagar o preço da degradação da natureza e do passivo social da desigualdade. A formulação original de desenvolvimento sustentável está no Relatório Brundtland (1987) elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, assim, expressa: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer o atendimento das gerações futuras”.

No entanto, o modelo de civilização prevalecente não atendeu ao conceito do mencionado relatório. É procedente afirmar que o progresso concebido pela nossa civilização repousa sobre dois monumentais equívocos: o primeiro é a crença no crescimento econômico, a qualquer custo, como um bem; o segundo é a suposição de que os recursos naturais são infinitos e, portanto, suportam a cobiça incontida do homem.

Paralelamente, é procedente concluir que o sistema econômico venceu o desafio de produzir riqueza e que o sistema político fracassou diante do desafio de repartir mais justamente os benefícios do progresso e preservar os recursos naturais de modo a satisfazer as necessidades das gerações vindouras.

A humanidade se defronta com uma encruzilhada histórica: ou muda a noção linear de progresso ou o futuro da vida planetária está ameaçado pela assustadora escassez dos recursos naturais.

Em relação à agonia da natureza, basta respirar; sentir na pele as alterações do clima; sofrer com o drama da sede; padecer das doenças por falta de saneamento ambiental; assistir ao horror da devastação das matas, das florestas tropicais e, por consequência, a destruição do precioso tesouro da biodiversidade.

Em relação ao futuro, a vida ameaçada deixou de ser uma profecia apocalíptica ou um cenário de ficção científica. É uma possibilidade real e menos remota do que se possa imaginar. E o que é mais grave: é obra do homem que atende pelo nome de progresso.

Progredir é ambição natural, projeto legítimo e busca incessante da humanidade. E a humanidade conseguiu, ao longo do século XX, alcançar êxitos formidáveis na produção da riqueza e, ao mesmo tempo, registrar enormes frustrações e reveses, medidos pelos enormes passivos de pobreza social e degradação ambiental.

Mudar o rumo significa criar um nova cosmovisão.

Esta noção foi introduzida na LEI 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 – ESTATUTO DA CIDADE, que no item I do Art. 2º determina como diretriz: “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações”.

Qual o significado concreto de sustentabilidade contido na lei? Primeiro que nós somos meros inquilinos do Planeta Terra e, portanto, devemos preservar, conservar a natureza como um legado às futuras gerações, ou seja, devemos obediência a uma ética intergeracional; segundo, o cuidado com a cidade é o primeiro e mais profundo mandamento do gestor, de modo que as pessoas possam desfrutar de uma boa qualidade de vida; terceiro, a cidade é a morada de todos os cidadãos, porém, merecem atenção especial as pessoas socialmente mais vulneráveis.

De outra parte, a ideia-força que dá substância à sustentabilidade é o consagrado lema: "PENSAR GLOBAL E AGIR LOCAL" e a este mandamento se agrega uma visão transversal da sustentabilidade permeando as políticas públicas. O que significa dizer que a sustentabilidade tem dimensões sociais, econômicas, culturais.

Por fim, é importante ressaltar que o alicerce de uma cidade sustentável é a força de uma cidadania consciente e participativa.

Colocados esses pressupostos, quero assumir com cada recifense o compromisso de fazer da Sustentabilidade, não um conjunto de propostas voltadas exclusivamente para o meio ambiente, mas uma **diretriz estruturadora da minha gestão**, que estará presente, portanto, na própria concepção de **todas** as políticas e ações de governo.

CIDADES INTELIGENTES

Até a década de 90, o conceito de cidades inteligentes era um tema acadêmico.

Atualmente, construir cidades inteligentes é um desafio do mundo real, global e do século XXI.

No entanto, é preciso adotar algumas cautelas na abordagem do tema como uma prioridade da gestão pública quando a realidade brasileira revela graves carências na oferta de serviços sociais básicos. Parece uma discussão intempestiva, fora do lugar, algo supérfluo frente aos baixos padrões de qualidade de vida das nossas cidades.

Trata-se de aparente contradição. A cidade inteligente se torna uma concepção estratégica de gestão se os problemas urbanos forem atacados de frente e de forma articulada, considerando que: a realidade urbana se compõe de infraestrutura na sua

mais ampla acepção/operação; e as pessoas são os agentes e destinatários finais da ação governamental.

Neste sentido, convém lançar mão da definição de cidade inteligente de autoria do renomado urbanista Boyd Cohen, segundo a qual **“cidades inteligentes são as que conseguem se desenvolver economicamente ao mesmo tempo em que aumentam a qualidade de vida dos habitantes ao gerar eficiência nas operações urbanas”**.

Aí estão contidas as várias dimensões do desenvolvimento e, em especial, o elemento constitutivo da cidade inteligente que incorpora ao seu funcionamento os grandes avanços da tecnologia da informação e da comunicação, transformando a era analógica na era digital.

A conclusão parece inevitável: a cidade digital é a cidade inteligente. Certo? Errado. Toda cidade inteligente pressupõe a tecnologia digital, mas nem toda cidade digital, necessariamente, é uma cidade inteligente.

Afinal, o que é uma cidade inteligente? É a cidade (comunidades e territórios) que instrumentaliza as possibilidades da tecnologia digital da seguinte forma: I. oferta da banda larga para o maior número de usuários possível; II. ampliação e qualificação da educação, do treinamento e da força de trabalho de modo a criar “o trabalho do conhecimento”; III. promoção da “democracia digital” de modo a reduzir a exclusão digital; IV. incentivo à inovação dos setores públicos e privados de modo a gerar novos empreendimentos, novos negócios e, conseqüentemente, uma economia criativa; V. difusão das práticas de modo a demonstrar vantagens competitivas decorrentes das inovações.

Desta forma, a capacitação para aprender, criar, inovar e gerir o conhecimento deve estar alinhada à interatividade dos sistemas, à cooperação intelectual e política das pessoas, fatores que geram o “ambiente inteligente” e que conferem singularidade à cidade digital: **solucionar problemas**.

No Brasil, foi criada pela Frente Nacional de Prefeitos e pelo Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, dando corpo à introdução dos processos digitais nas gestões municipais.

Embora o conceito de cidade inteligente ainda opere de forma incipiente em nosso país, já encontramos o uso de aplicativos nas áreas de iluminação pública, urbanismo, energia, saúde, educação, empreendedorismo e governança, capazes de facilitar a vida dos cidadãos a partir do uso adequado de um *smartphone* ou do uso de cartão para pessoas idosas – este último em experiência na cidade de Curitiba – que aumenta o tempo de travessia nas ruas equipadas com semáforos inteligentes.

A verdade é que a “cidade inteligente” precisa ser incluída como tema das agendas municipais e deveria se tornar um desafio real para os candidatos a serem votados nas eleições de outubro.

No caso específico da cidade do Recife, temos uma fonte inesgotável de possibilidades nesse sentido, graças ao Porto Digital, iniciativa de vanguarda e de *expertise* tecnológica internacionalmente reconhecida. Um prefeito que se pretende moderno e ousado não pode prescindir do suporte da referida instituição e de outras similares, na incorporação de processos digitais como instrumentos de gerenciamento e funcionamento eficientes da máquina pública em benefício da população.

Não se trata de quimera, mas de um bom e necessário desafio a ser enfrentado. Como tudo que diz respeito à Gestão, a questão é de prioridade. A relevância da cidade inteligente não tem a ver com *rankings*, nem com uma imagem desejada de modernidade. **A cidade inteligente é o caminho seguro para a eficácia das respostas do Poder Público e a melhoria da qualidade do gasto.**

A CIDADE METROPOLITANA

Quando manifestei o meu desejo de exercer a atividade política, recebi dois significativos conselhos: o primeiro que Política de verdade significa servir e servir ao interesse público, o que exige sacrificar, inclusive, algumas comodidades pessoais; o segundo estudar, estudar muito e ouvir pessoas com conhecimentos técnicos e sabedoria política.

Ralei muito e continuo ralando desde a primeira candidatura a vereadora. Foi e continua sendo uma preparação permanente. O meu primeiro desafio na vida pública foi entender o papel do vereador e o segundo, bem mais complexo, foi entender a Cidade do Recife, sua história, evolução, cultura, o processo de urbanização e a dinâmica das funções clássicas da cidade – habitar, trabalhar, circular e recrear.

Aprendi que a humanidade nasceu no campo e foi morar na cidade, que é uma incrível criação do homem. Esta migração massiva do campo para a cidade foi marcante no século XX e se apresenta no século XXI como maior desafio do mundo contemporâneo.

O caso brasileiro se insere num quadro dramático de urbanização. Da década de 50 aos nossos dias, a inversão foi total: 85% da nossa população passou a viver nas cidades, onde se convive com todo tipo de problema que a aglomeração de pessoas pode trazer. Daí a necessidade que têm os gestores de formular políticas públicas que tenham suporte na visão do urbanismo e obedeçam aos princípios mais básicos do planejamento urbano.

Numa visão simplista, o urbanismo seria uma especialidade da arquitetura que se ocuparia do desenho e do espaço físico das cidades. A esta visão se contrapõe a dimensão humana do fenômeno em toda sua complexidade, e daí a necessidade de o urbanismo dialogar com as diversas ciências sociais e constituir uma base para o

planejamento urbano como um processo dialógico, democrático, participativo que considere os múltiplos aspectos da vida humana nas cidades, abrangendo desde o desenvolvimento socioeconômico e cultural, infraestrutura, mobilidade, saneamento básico, manutenção dos equipamentos, proteção e conservação do meio ambiente até o controle da ocupação e uso do solo.

O Recife cresce e continuará crescendo sempre, porque as cidades são como organismos vivos. Sem planejamento, a cidade cresce desordenadamente e os problemas se agravam e se multiplicam. É **obrigação** do Poder Local liderar e ser indutor de um processo de crescimento da cidade que contemple a solução dos problemas presentes e futuros. Nós precisamos cuidar de hoje, de amanhã e de depois de amanhã. A sustentabilidade, já discutida aqui, tem de ser um pressuposto do planejamento urbano. Trata-se do tal compromisso ético entre as gerações. Temos de deixar a cidade melhor para as próximas gerações.

Ao mesmo tempo, precisamos ter clareza de qual cidade estamos falando. Qual é a cidade em que desejamos viver? Qual é a cidade que desejamos legar para nossos filhos, netos, bisnetos? Qualquer processo de transformação do espaço urbano deve ser norteado por um consenso em torno de um projeto ou modelo de cidade.

Por fim, e não menos importante, se coloca a questão da cidade metropolitana. Para o Recife do século XXI não é possível pensar o planejamento urbano do ponto de vista municipal. Temos que pensar o planejamento a partir de uma concepção metropolitana, porque a cidade não tem fronteiras. O Recife não se limita aos seus 220 Km². O Recife não é só aquilo que a gente enxerga no mapa. O Recife são os movimentos urbanos que integram nada menos que 14 municípios. Somos todos uma grande cidade metropolitana, com problemas em comum. E esses problemas só serão resolvidos a partir de um planejamento comum.

O Recife deve ser protagonista desse processo. E será.

ORÇAMENTO E OS RECURSOS DO CONTRIBUINTE

O cidadão que, minimamente, acompanha o noticiário político do Brasil fica impressionado com o descaso generalizado das autoridades com um dos mais importantes, senão o mais importante documento de gestão: o orçamento público.

Virou lugar comum comparar a gestão do orçamento público ao do orçamento doméstico. Descontadas as magnitudes e o grau de complexidade, a lógica orçamentária pública, privada ou doméstica lida com as seguintes categorias financeiras comuns: receita, despesa, equilíbrio, déficit ou superávit, poupança/investimento e endividamento dentro da capacidade do tomador.

O zelo ao cuidar do orçamento público é de tal ordem que o assunto é tratado no TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO da Constituição Federal, em dispositivos que regulam o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estabelecendo conteúdos, conceitos, ritos, vinculações, limites e vedações.

Como se pode observar, o orçamento é, simultaneamente, um instrumento de planejamento e gestão financeira na medida em que quantifica as prioridades políticas a serem financiadas com a arrecadação de tributos e, de outra parte, é um mecanismo submetido a princípios de proteção aos direitos individuais, consagrados, também, no texto constitucional.

No entanto, para além da má gestão orçamentária, o orçamento público brasileiro (incluindo as empresas estatais) transformou-se em fonte de corrupção e no espaço do arraigado vício do patrimonialismo nacional.

Apesar do robusto marco regulatório, o nosso orçamento é tido, consensualmente, como uma peça de ficção, a tal ponto que se criou a figura bizarra do "orçamento impositivo", aplicável às emendas parlamentares a salvo de outra excentricidade, o contingenciamento, tudo acrescido pelas vinculações de despesas obrigatórias.

O funcionamento, em nosso país, dos dois pilares essenciais da democracia representativa - o Parlamento e o Orçamento - revelam a precariedade da alocação e distribuição dos recursos públicos às reais prioridades da sociedade.

Diante da fundamental importância do Orçamento Público, cabe ao gestor, ao menos, obedecer, do lado do gasto, aos princípios universais de transparência. E, do lado da receita, obedecer ao equilíbrio financeiro, tributar justa e moderadamente o cidadão de acordo com sua capacidade contributiva, despendendo bem e eficazmente o dinheiro do contribuinte em favor do interesse público.

Como já se disse na Inglaterra: não existe dinheiro público, existe o dinheiro do contribuinte, que por sinal sua muito a camisa para pagar uma pesadíssima carga de impostos. Ao gestor cabe cuidar de cada centavo com o máximo de responsabilidade, com o mesmo cuidado com que a dona de casa cuida do seu orçamento, e, sobretudo, tendo a noção do que é prioritário, do que vai fazer diferença na vida das pessoas, de verdade.

Nessa reflexão, é muito importante chamar a atenção para o tamanho da máquina estatal. Para que ela existe? Ela existe para servir ao cidadão ou ela existe para acomodar interesses políticos? Nessa eleição teremos a oportunidade de rejeitar um modelo de gestão pautado na distribuição de cargos públicos em troca de apoio político. A Prefeitura do Recife tem, hoje, 27 secretarias, 10 entidades supervisionadas e cerca de 2.500 cargos comissionados. É evidente que com uma máquina tão inchada, há desperdício de recursos materiais, humanos e financeiros.

A estrutura da administração pública precisa ser adequada ao tamanho da cidade, e ao seu orçamento. As metas precisam ser adequadas ao orçamento. Adianta fazer novas e

grandiosas obras se as antigas estruturas (escolas, postos de saúde, centros urbanos, praças) estão caindo aos pedaços? Obra inacabada é um sumidouro de dinheiro. O Recife tem obra parada de mais de dez anos. Só para citar um exemplo concreto, a obra da ponte Monteiro-Lputinga tem quase 10 anos e já consumiu 30 milhões de reais.

Não podemos nos acostumar com essa cultura da obra inacabada, das políticas públicas descontinuadas, do desperdício, e até da farra com o dinheiro que inadequadamente chamamos de “público”. Gastar melhor tem de se tornar um princípio pétreo da gestão pública, tem de deixar o terreno dos discursos vazios e tomar conta da prática.

Existe, sim, um outro modo de tratar o Orçamento. Existe um outro caminho para construir o relacionamento com o conjunto de forças políticas, incluindo a Oposição. O modo republicano de se tratar o dinheiro do contribuinte não é uma utopia. Nós não estamos **condenados** a conviver com o desvio na gestão pública. Essa é e será sempre uma escolha cidadã, que devemos exercer tanto por meio do voto como dos demais mecanismos de fiscalização e participação na vida pública que estão à nossa disposição.

Há muitas ações preventivas em termos de eficiência do gasto público que podem ser implementadas. Os mecanismos de Controle Externo e Interno podem e devem ser fortalecidos.

A responsabilidade pelo bom uso dos recursos do Tesouro não é apenas dos gestores, mas de cada um de nós. Uma vez prefeita, **manterei** meu compromisso de exercer uma fiscalização responsável, proativa e vigilante. Essa é a minha trajetória. Essa é a minha história. Eu sei, por comprovação da experiência, que se a gente governa a partir de uma outra lógica, da lógica da pactuação de prioridades, da lógica da corresponsabilidade, da lógica do interesse coletivo, a gente pode fazer cada real valer, porque a gente entende que esse real foi passado para o poder público com muito sacrifício.

A NOSSA CASA

O Recife é a nossa casa. É onde nós nascemos, morremos e damos sentido à nossa existência. Por razões óbvias, nossa casa precisa ser muito bem cuidada. Nossa casa pode ser simples, ter o chão batido, mas ela precisa ter dignidade, ela precisa nos garantir algum conforto, e nós precisamos nos sentir bem e felizes nela.

Mudanças significativas, nas áreas mais essenciais, são necessárias para que o Recife se torne uma casa à altura das expectativas e do merecimento de cada um dos seus habitantes. A gente quer mudar, a gente quer transformar o Recife numa cidade mais limpa, mais organizada, mais transitável, mais segura, mais generosa com quem tem fome de saber e vontade de crescer.

A verdade é que só vamos conseguir isso se a responsabilidade pelo dia a dia da cidade for compartilhada por todos nós. É claro que cabe ao poder público ser o condutor desse processo. Ao prefeito cabe o papel de liderar a transformação sustentável, inteligente e solidária, transformação que só se fará por meio do desenvolvimento de um sentimento de compromisso de cada recifense com a sua cidade.

A cidade é para as pessoas. Quantas vezes já não ouvimos esse jargão? Falta é transformar esse discurso em realidade. Sem soluções mirabolantes. Sem obras grandiosas para serem transformadas em marca da gestão. Como é que se faz a bela e nova unidade de emergência, que custa uma pequena fortuna, e se deixa a unidade básica de saúde, do outro lado da rua, caindo aos pedaços, com o banheiro entupido, as portas comidas de cupim, as paredes infiltradas? Que cidade é essa que tem cidadãos de primeira, de segunda e de terceira categoria?

Eu não compreendo a gestão de uma cidade sem que a manutenção e a preservação sejam permanentes e sejam prioritárias. Não pode ser a operação verão e a operação inverno. Essa lógica pode dar um bom *release* para a imprensa, mas com certeza não é boa para o cidadão. Bom para o cidadão, bom para a cidade e para os cofres públicos é o compromisso com a manutenção cotidiana. A gente cuida da casa da gente todo dia porque é mais barato. O caro é esperar quebrar, é esperar se deteriorar, porque aí tem de trocar tudo.

Manutenção e conservação têm de ser encaradas como investimento. Falta de cuidado é sinônimo de desperdício. Esse é um dos princípios basilares da minha compreensão da gestão pública.

Outro princípio fundamental que norteará minhas ações como prefeita do Recife é o do padrão de qualidade dos serviços públicos. De novo: parece quimera ou promessa vã? Não é. Depende da decisão política, convicta e determinada. O Recife não pode ter cidadãos de distintas categorias. A qualidade da educação das nossas escolas precisa ter um padrão, estabelecido a partir de metas de aprendizagem, como a da alfabetização das crianças aos 6 anos de idade. A qualidade da atenção à saúde precisa ser a mesma no centro de saúde Mário Ramos e na Upinha do Morro da Conceição. É difícil? É. É trabalhoso? Sem dúvida. É bem mais fácil deixar como está e ir respondendo às necessidades da hora.

Trabalhar com padrão de qualidade exige planejamento, estabelecimento de metas e parâmetros, demanda mecanismos de avaliação e aferição de resultados. Exige liderança e convencimento das equipes, além de garantia das condições adequadas de trabalho. O caminho é longo e árduo, mas estou convicta de que é o mais adequado para chegarmos à oferta efetivamente satisfatória dos serviços públicos essenciais.

Todos sabemos que grandes desafios demandam determinação, compromisso, clareza quanto aos objetivos, um tanto de criatividade e muito, mas muito trabalho. Esses sempre foram elementos constitutivos da minha vida pública. E não é por outra razão que eu ouse me apresentar a essa disputa pela sucessão municipal.

É fato também que chegar aonde se deseja é mais fácil quando se tem um mapa e se estabelece, com base nesse mapa, qual é a melhor rota a ser tomada. Em alguma medida, essa *Proposta em debate* apresenta exatamente isso: um guia (dinâmico) para a nossa caminhada rumo ao Recife em que todos desejamos morar.

II. ESTRUTURA TEMÁTICA

GESTÃO

A gestão é o instrumento maior com que a autoridade exerce seu papel de liderança e coordenação dos recursos coletivos.

No Município, a gestão deve ser exercida com relação à cidade como um todo, embora quase sempre os prefeitos se deixem tomar pelos desafios setoriais de gerenciamento isolado, como em saúde, educação, transportes, infraestrutura etc. Forçado por essas pressões, o prefeito tende a gerir a cidade setorialmente, sem avaliar os impactos dos seus projetos na cidade por inteiro. Com esse procedimento, sempre mais corriqueiro, o prefeito falha nos seus compromissos com a cidade. Na verdade, a gestão responsável não pode se voltar apenas para o mandato político, como sempre ocorre, porque a cidade transcende em muito esse período.

A gestão que proponho para os recifenses será pautada pelo compromisso com a trajetória da cidade, para que as pessoas tenham bem-estar e possam amar sempre mais sua terra. Do ponto de vista temporal meu compromisso transcende meu mandato, porque vou trabalhar sempre por um Recife melhor, sem esquecer, por exemplo, que a cidade é parte íntima da metrópole à qual pertence e que deve manter-se em contínua harmonia com ela. Serei gestora do Recife e simultaneamente da metrópole, como comanda a legislação, porque não posso desconhecer que a qualidade de vida da cidade vem em função da perspectiva que nós desenharmos para a metrópole, em conjunto com os demais prefeitos e o povo metropolitano.

A democracia tem chance de atuar em prol do interesse público quando os governos primam pelo princípio da eficiência nas suas administrações públicas. Na atual conjuntura, faz-se mais necessária ainda uma gestão pública profissional, que consiga fazer mais com menos. **Uma administração ágil, enxuta, econômica, planejada, estruturada e que valorize o servidor é essencial para que o governo municipal consiga equilibrar suas finanças, tendo mais fôlego e agilidade para promover o crescimento econômico, cuidar da cidade, atender bem sua população e resgatar a crença da opinião pública nas instituições democráticas.**

Neste sentido, o modelo de gestão a ser implantado observa três diretrizes: a melhoria da qualidade dos gastos; a medição e acompanhamento do retorno do gasto, e o

equilíbrio orçamentário. Significa promover o fortalecimento dos controles internos e o diálogo permanente com o controle externo, em especial com **absoluta transparência na relação com o cidadão**.

COMPROMISSOS

LEI MONITORA RECIFE (PROGRAMA DE METAS)

Transformar a plataforma Monitora Recife (www.monitorarecife.com.br) em um instrumento legal de acompanhamento da execução do Programa de Metas pelo cidadão, de forma transparente e acessível, objetivando a avaliação permanente do desempenho do Governo e sua consequente responsabilização. O Programa de Metas incorporará as propostas de campanha do candidato eleito.

GESTÃO METROPOLITANA

Liderar o processo de mobilização junto aos demais prefeitos da Região Metropolitana no que concerne à gestão Interfederativa compartilhada pelos 14 municípios que compõem a metrópole da região metropolitana do Recife, na forma preconizada pelo Estatuto da Metrópole.

GASTO DE QUALIDADE

Melhorar a qualidade do gasto fazendo mais com menos, através da redução planejada de despesas.

Promover a implantação de centrais e mecanismos de serviços compartilhados.

Otimizar as compras públicas visando o ciclo completo da cadeia de suprimentos, desde o dimensionamento das demandas até a aquisição e a logística.

CONCLUSÃO DE OBRAS

Fazer o inventário das obras inacabadas no município, analisar os entraves, estabelecer uma hierarquia de prioridades e um cronograma para a sua conclusão, tendo por princípio que obra inacabada representa um grave prejuízo para o contribuinte.

MÉRITO COMPARTILHADO

Promover a valorização do servidor público com o estabelecimento de políticas claras e negociadas de Recursos Humanos.

Privilegiar a meritocracia e a geração de resultados através de uma política de capacitação e certificação, para onde irão convergir as competências e o interesse público.

ORÇAMENTO PARA RESULTADOS

Adotar o Orçamento para Resultados, alinhando o planejamento estratégico, PPA e LOA.

Casar o monitoramento e a avaliação das ações com o monitoramento da execução financeira e orçamentária e com os custos das ações.

Allinhar os planos setoriais com o plano estratégico de médio e longo prazo.

Usar indicadores e metas em todos os setores da administração municipal.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Elaborar um programa de gestão participativa a partir da ampla ausculta da sociedade recifense, baseado primordialmente na utilização das novas tecnologias.

REDUÇÃO DO NÚMERO DE SECRETARIAS

Diminuir a quantidade de secretarias, otimizando gastos para concentrar esforços no fortalecimento das ações prioritárias da gestão municipal como educação e saúde.

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Instituir ordem de pagamento aos fornecedores e prestadores de serviço da administração municipal baseada na cronologia da liquidação de serviços e compras, garantindo transparência na liberação do fluxo de caixa do erário municipal.

FORTALECIMENTO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Reforçar o orçamento e o quadro de pessoal da Controladoria Geral do Município, valorizando os servidores próprios, para que atue de maneira a fortalecer a eficiência e a transparência relativos ao gasto público.

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE GASTOS

Instituir grupo de gestores representantes das unidades orçamentárias da gestão municipal que, em parceria com a Controladoria Geral do Município, acompanharão a qualidade dos gastos públicos, avaliando a eficiência da alocação da verba pública e buscando prioritariamente caminhos para garantir a economia de recursos.

PLANEJAMENTO URBANO

Há quase três décadas, desde a redemocratização do País, que o planejamento define nas instituições e nas cidades. Esse fato já é corriqueiro e responsável por crescentes efeitos negativos que vêm comprometendo, significativamente, a qualidade de vida na urbe. Projetos de intervenção urbanística são executados de maneira pontual, sem uma visão estratégica, de longo prazo.

É urgente reverter essa tendência, com a consolidação definitiva do planejamento urbano e, com ele, mirar efetivamente o bem-estar das pessoas. Muitas metas para o Recife se tornarão melhor viabilizadas se decorrentes do planejamento da metrópole, para que a perspectiva do Recife se associe às aspirações perseguidas para a nossa região metropolitana. Só assim evitaremos conflitos de interesse de uma cidade em relação às demais, com as quais o Recife está definitivamente associado.

O meu compromisso com a cidade se apoia na visão de Jaime Lerner: “No âmbito urbano, a identidade se reflete nos vínculos que estabelecemos com os espaços da cidade, seus elementos de referência – patrimônio histórico, rios, praças, parques, edifícios emblemáticos – que passam a fazer parte constitutiva do nosso cotidiano. Quanto mais diversificada for a cidade, mais humana ela será, na medida em que se entenda que a coexistência – a receita de se abraçar a diversidade enquanto se valoriza a identidade – deva ser exercida.”

Abraçar a diversidade e valorizar a identidade significa, também, controlar a expansão urbana, conter as pressões, proteger o espaço público e ordenar o espaço privado – em benefício da boa cidade.

Assim vejo em sua essência o planejamento urbano para o Recife.

COMPROMISSOS

PLANEJAMENTO INTEGRADO

Buscar a implementação da governança metropolitana, estabelecendo hierarquia de planejamento, em obediência ao que determinam os Estatutos da Metrópole e da Cidade, na seguinte sequência:

1) Plano Metropolitano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI; 2) Adequação do Plano Diretor do Recife ao PDUI; 3) Lei de Uso e Ocupação do Espaço Urbano; 4) Complementação da Legislação emanada dos planos mencionados.

ESTATUTO DO RECIFE

Regulamentar os instrumentos urbanísticos contidos no atual Plano Diretor referente a: Operações Urbanas Consorciadas; Parcerias Público-Privadas; Outorga Onerosa; Transferência do Direito de Construir; IPTU Progressivo; Usucapião Urbano.

A regulamentação objetiva a assegurar a função social da propriedade promovendo o dinamismo das ações de infraestrutura, a expansão urbana, o surgimento de novas centralidades, buscando a oferta de espaços públicos de qualidade.

BOA CIDADE

Comprometer-se com metas de bem-estar da cidade pela transformação de espaços públicos em espaços públicos de qualidade – locais de conversa, encontro, troca entre pessoas, intercâmbio.

Selecionar no território do município áreas estratégicas capazes de receber tratamento especial nas calçadas, no mobiliário urbano, na iluminação pública, na sinalização, na arborização e no ajardinamento.

Assegurar incentivo às atividades de uso misto no pavimento térreo das edificações com atividades de comércio, serviço e lazer.

TERRITÓRIO E MOBILIDADE

Incorporar a integração do planejamento territorial com a mobilidade, para a elaboração da legislação do uso do espaço urbano, no que se refere ao zoneamento e parâmetros urbanísticos, com ênfase no adensamento de corredores de transporte e centros de bairros, terminais de integração, estações do Metrô e de navegabilidade do Rio Capibaribe.

CONTROLE URBANO

Estruturar a atividade de controle urbano assentada em três eixos: antecipação, fiscalização e punição. Para tanto, incorporar a visão abrangente do controle urbano – a construção, a invasão, o lixo, o poste, a rua, a ocupação do espaço público, o dano ambiental.

TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS

A cidade, produto da natureza humana, enfrenta o desafio de oferecer às pessoas o lugar de bem viver – razão de ser do fenômeno urbano. Hoje, cidade é sinônimo de um amontoado de gente a conviver com o crescimento desordenado e predatório.

Ao longo de sua trajetória, a cidade acumulou uma multiplicidade de funções, atividades, conflitos e quereres. De centro de trocas e fluxos à diversificação de padrões sociais. Da oferta e da ausência de trabalho, ao lazer, à moradia e à mobilidade.

Como tantas cidades brasileiras, o Recife é um lugar de contrastes, expostos a céu aberto entre a beleza do Rio Capibaribe e as palafitas da beira do rio – é o drama humano dos excluídos na cidade sob o olhar distante dos cidadãos. E assim, está a exigir um processo de transformação capaz de alterar os rumos, criar novos modelos, inventar o sonho e fazer acontecer.

Ao tempo em que planejamos a cidade e seu rumo para o amanhã, pretendo associar ao planejamento ações de médio e curto prazos requeridas e evidenciadas no cotidiano das pessoas que aqui residem.

Vejo nos espaços que compõem o tecido urbano da minha cidade territórios de oportunidades à espera da intervenção consequente, da requalificação, da renovação desse tecido. Trata-se de agregar valor, corrigir desvios, preservar e proteger o ambiente natural, ofertando as condições para o desenvolvimento ordenado dos vários Recifes.

Para tanto, medidas de indução programada objetivando a ocupação e adensamento de territórios estratégicos subutilizados devem resultar numa urbanização capaz de promover as transformações dos espaços públicos e o surgimento de zonas atraentes para ocupação por habitação, comércio e serviços.

Neste contexto, elenco um conjunto de propostas em discussão para indicar caminhos a serem trilhados na busca da reconstrução de uma cidade harmônica e sustentável.

COMPROMISSOS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA ILHA BAIRRO DO RECIFE

Criar a Agência de Desenvolvimento da Ilha Bairro do Recife, vocacionada para atuar na promoção de negócios, na articulação público-privada entre agentes governamentais, no incentivo a projetos de revitalização urbana e, ainda, na prioridade para agilização de licenciamento de atividades econômicas e culturais, com ênfase para a inovação e a tecnologia digital.

ILHA DOS SANTOS

Estruturar o Programa de Renovação da Ilha dos Santos – bairros de Santo Antônio, São José e Cabanga – objetivando o repovoamento, o fortalecimento das atividades de habitação, comércio e serviços, a melhoria dos espaços públicos, a organização da circulação de veículos e pessoas, o controle urbano, a ocupação de áreas subutilizadas. Priorizar a requalificação das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto como vetores de desenvolvimento deste território.

ILHA DA BOA VISTA

Iniciar o processo de requalificação planejada do Centro Expandido – bairros da Boa Vista, Santo Amaro, Soledade e Ilha do Leite – priorizando a revisão do uso do solo e a circulação, bem como a revitalização do eixo estrutural da Avenida Conde da Boa Vista.

CENTRALIDADES

Promover o desenvolvimento dos centros dos bairros da Encruzilhada, Afogados, Várzea, Casa Amarela e Beberibe, objetivando o fortalecimento das atividades de comércio e serviços, a oferta de áreas para moradia e a criação de espaços públicos de convivência. Para tanto, estruturar Operações Urbanas Consorciadas incorporando a participação do setor privado na viabilidade das intervenções programadas.

ÁREAS ESPECIAIS

Elaborar Planos Urbanísticos Específicos para vazios notáveis na malha urbana, como o antigo Aeroclube, em razão da escala e localização em pontos infraestruturados.

Promover articulação entre proprietários e agentes privados visando a compatibilização de interesses e a oferta de novas áreas, indo ao encontro do cumprimento da função social do solo urbano.

RPA 7

Criar uma nova Região Político Administrativa – a RPA7 – envolvendo os bairros da Guabiraba, Sítio dos Pintos e Dois Irmãos, objetivando assegurar a exuberante qualidade ambiental ainda existente, incorporando à mencionada RPA o controle efetivo através da Brigada Ambiental, bem como identificando atividades econômicas compatíveis com as características deste território.

MOBILIDADE

Entre os desafios de governo, a mobilidade é o que mais afeta as pessoas e as inter-relações urbanas. Há um equívoco que precisa ser rapidamente desfeito sobre o fato de a mobilidade ser um meio e não um fim na cidade. A mobilidade é meio para que possam ocorrer articulações na cidade entre as diferentes atividades: trabalho, lazer, negócios, moradia etc. A boa disposição dessas atividades na cidade é fator relevante para proporcionar a mobilidade das pessoas.

Hoje a política de mobilidade concentra-se cada vez mais em equipamentos modais e ajustes na rede viária para receber esses equipamentos. A ausência de planejamento urbano leva a que empreendimentos habitacionais aconteçam inteiramente dissociados das atividades de negócios e trabalho, ou seja, as pessoas moram cada vez mais afastadas das suas atividades cotidianas. Assim, a função mobilidade é sempre penalizada, com distâncias longas a serem vencidas pelos habitantes da cidade e tempos de viagens extensos, resultado do desequilíbrio na distribuição territorial das atividades.

Na região metropolitana do Recife, os números do Sistema de Transporte Público de Passageiros demonstram a escala do desafio de ordenar e ofertar a mobilidade adequada. São transportados 2,2 milhões de passageiros/dia em 26 mil viagens por 3 mil ônibus e duas linhas de metrô.

A cidade do Recife, como muitas outras no Brasil, já atingiu elevada condição de desequilíbrio na distribuição territorial das suas atividades, fato que torna mais desafiadora a função mobilidade. Essas questões serão enfrentadas a partir do planejamento da metrópole, que devo buscar com os demais prefeitos da Região Metropolitana do Recife, para gerar uma metrópole policêntrica, onde as relações entre casa-trabalho/casa-escola/casa-lazer guardem distância mais apropriada, permitindo deslocamentos menores e menos tempo de viagem.

Promover a integração efetiva dos modais, evitando o paralelismo entre eles e adotando a integração temporal.

A Prefeitura do Recife vai enfrentar a prioridade da mobilidade urbana com a visão do fazer coletivo, capaz de rever sistemas de gestão para melhoria da qualidade de vida urbana.

COMPROMISSOS

TRANSPORTE DE MASSA

Prioridade absoluta para o transporte público de passageiros – modais Metrô, BRT e Ônibus, através de acessibilidade plena aos terminais de integração, estações e paradas de ônibus, bem como a implantação no quadriênio de faixas exclusivas nos corredores metropolitanos em toda a extensão dentro do Recife, incorporando o uso da faixa exclusiva para o transporte escolar. As faixas serão necessariamente equipadas com mecanismos de fiscalização eletrônica que possibilitem o funcionamento da regra.

PLANO DE MOBILIDADE METROPOLITANO

Atuar permanentemente junto aos prefeitos da RMR e ao Governo de Pernambuco na integração de esforços para a gestão da mobilidade da metrópole, priorizando o Plano de Mobilidade Metropolitano e a sua implementação, bem como a adoção da integração temporal do bilhete eletrônico para o cidadão.

MOBILIDADE DE PEDESTRES

Incorporar o pedestre na componente da mobilidade através de implantação dos “corredores de pedestres”.

Requalificar e padronizar as calçadas marginais aos corredores de transporte de massa, terminais de integração e grandes hospitais, assegurando a acessibilidade das pessoas ao transporte e a esses equipamentos.

PROGRAMA TRÂNSITO LIVRE

Promover a desobstrução dos corredores de transporte de massa pela implantação do “Programa Trânsito Livre” contemplando o cumprimento da legislação de carga e descarga de mercadorias, a eliminação de estacionamentos, a desobstrução de gargalos e nós do sistema viário.

MOBILIDADE DO CICLISTA

Estabelecer cronograma de implantação das ações que cabem ao município de acordo com o **Plano Diretor Cicloviário da Região Metropolitana do Recife** de forma sequenciada e compatibilizada com a prioridade de circulação dos corredores de transporte de massa, desenvolvendo rotas alternativas que assegurem o deslocamento do ciclista na malha viária da cidade.

TECNOLOGIA A SERVIÇO DO TRÂNSITO

Utilizar as tecnologias de rede para alimentar a Central de Comando do trânsito, buscando fortalecer a estratégia de ação interna da CTTU bem como disponibilizando ao cidadão informações em tempo real a respeito do trânsito nos principais pontos da cidade.

MEIO AMBIENTE

O meio ambiente é o suporte natural da cidade. Sabe-se, entretanto, que por suas características dinâmicas a cidade se torna um permanente fator de desequilíbrio ambiental, tanto do ponto de vista ecológico, quanto territorial. As pressões ecológico-ambientais sendo mais fortes, graças à consciência cada vez maior das pessoas, têm gerado efeitos positivos com os estudos de impacto ambiental e as promessas de mitigação desses impactos. Entretanto, é preciso que se atente para o meio ambiente natural, de modo a nem causar-lhe danos irreversíveis, nem torná-lo um impedimento para o desenvolvimento da sociedade urbana. A cidade precisa associar-se às qualidades do seu meio ambiente natural, como condição de bem-estar e sustentabilidade, assim como às qualidades perseguidas para o seu meio ambiente urbano, ambos em permanente harmonia.

A cidade do Recife possui um território de 214,92 Km² dos quais 67% correspondem às áreas de morro, 23% às áreas de planície e 9,3% às áreas aquáticas. No litoral dispõe de 8,6 Km de praia. É este território que está submetido gravemente ao efeito estufa. Somos a 16ª cidade do mundo entre as mais comprometidas com o processo de aquecimento global, e a consequente elevação dos oceanos.

Diante do desafio ambiental, assumo o compromisso de atuar em sintonia com a Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife contida na Lei Municipal 18.011/2014, em especial no que se refere ao princípio da transversalidade – a articulação e o envolvimento harmônico de todas as políticas setoriais que influenciam o desenvolvimento urbano, seus impactos sociais e ambientais. E priorizar o resgate, a proteção e a preservação como ação essencial para a cidade sustentável dos ambientes naturais notáveis – as bacias hidrográficas dos Rios Capibaribe, Beberibe e Tejiptó, os manguezais e a Mata Atlântica.

COMPROMISSOS

REDE PARQUE

Implantar a Rede de Parques Urbanos, incorporando os parques 13 de Maio, Jaqueira, Santana, Apipucos, Caiara e o Jardim Botânico, e ainda as Unidades Protegidas – Manguezais do Pina, Ilha do Zeca, Engenho Uchoa, Jiquiá, Olarias, Capivaras, Tamarineira e Dois Unidos. A Rede de Parques Urbanos tem por objetivo a proteção dos ambientes naturais, o uso e a fruição pela população e a criação de

mecanismos/incentivos para sua sustentabilidade através de estrutura de gestão unificada.

As Unidades Protegidas serão objeto de aquisição pela Prefeitura por meio de instrumentos urbanísticos como a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas e as mitigações decorrentes de empreendimentos de impacto.

ABRAÇAR O CAPIBARIBE

Adotar o Rio Capibaribe como elemento notável a ser protegido e incorporado plenamente à cidade desde a Mata da Várzea até a sua foz, cuidando de suas margens, evitando o despejo de esgoto e do lixo urbano, incorporando sua navegabilidade e mobilizando o povo do Recife para cuidar, abraçar e viver o Rio Capibaribe.

Neste sentido, a continuidade do **Projeto Parque Capibaribe – Caminho das Capivaras** é relevante para o redesenho da cidade que se quer sustentável.

ENERGIA SOLAR

Promover a difusão do uso de energia renovável através de mecanismos de incentivo da Prefeitura ao setor privado, aos condomínios residenciais e empresariais e edificações públicas, visando a implantação de captação de energia solar nos telhados das edificações existentes e a serem construídas.

RECICLANDO

Consolidar o processo de reciclagem do lixo urbano por meio de coleta seletiva e da difusão de campanhas educativas permanentes, a partir das escolas municipais e, ainda, do apoio à criação e organização de associações e cooperativas de catadores em todos os bairros. Estabelecer metas anuais de resíduos reciclados, capazes de induzir a participação da comunidade e sua relação com a vida saudável.

RECIVERDE

Promover uma ação permanente de arborização bairro a bairro, visando a cobertura das ruas e praças da cidade através da mobilização da rede escolar municipal e estadual, de organizações não governamentais, do setor educacional privado e da comunidade local. Incorporar a ação complementar de monitoramento permanente da arborização existente visando sua preservação.

EDUCAÇÃO

A questão educacional no Recife padece de problemas de gestão, mas também é uma **questão cultural**. A cobertura da primeira infância é deficiente, e as nossas crianças não são adequadamente preparadas para a alfabetização, sem o desenvolvimento pleno dos potenciais de leitura e compreensão para a idade.

Além disso, nas demais séries, os alunos podem terminar o estudo no ano sem a apreensão de grande parcela dos conteúdos ensinados. O aprendizado ineficiente terá consequências mais tarde, no decorrer da vida escolar, podendo se estender a dificuldades de compreensão até na vida adulta.

O Recife apresenta a maior despesa com educação entre as capitais nordestinas. Por exemplo, na Educação Fundamental: Recife R\$ 10.280,00 por aluno/ano – Teresina R\$ 5.496,00 por aluno/ano. Na Educação Infantil: Recife R\$ 5.383,00 por aluno/ano - Teresina R\$ 2.698,00. A capital do Piauí gasta 50% do que gasta o Recife por aluno/ano e obtém melhores notas no IDEB – Índice de Desempenho da Educação Básica.

No exercício do meu mandato buscarei estabelecer o padrão de desempenho como meta cotidiana. Não é admissível que em uma mesma comunidade, escolas vizinhas apresentem um posicionamento tão díspare – uma escola encontrar-se entre as 10 melhores notas do IDEB no Recife, e, a outra, situada a poucos metros de distância, entre as 10 piores notas do IDEB (caso concreto, no Coque).

Além das questões inerentes à eficiência da gestão, considero a educação como um investimento social de largo alcance, com repercussões para o resto da vida dos cidadãos e suas famílias. Como prefeita, vou tratar a política educacional com a prioridade que merece, de olho no presente e no futuro da população recifense.

COMPROMISSOS

EDUCAÇÃO EFICIENTE

Revisar os custos da educação municipal. Analisar cada item de despesa e o modelo de gestão visando à melhoria na qualidade da aplicação dos recursos, na capacitação do professor e no desempenho dos alunos.

CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Expandir a cobertura do atendimento à Educação Infantil por meio da implantação progressiva de creches e pré-escolas em áreas críticas, onde a exclusão, a violência e o desemprego serão indicadores de prioridade. Introduzir pedagogia adequada na Pré-Escola de modo a preparar as crianças para a alfabetização, evitando os impactos da não aprendizagem e o retardamento na incorporação dos conteúdos futuros.

SABENDO LER

Estabelecer metas para que as crianças da rede municipal sejam alfabetizadas aos seis anos de idade, assegurando a sua inserção no ciclo fundamental de forma a incorporar a sequência programática adequada ao binômio idade – série.

ESCOLA CIDADÃ

Instituir o programa Escola Cidadã, promovendo a integração das famílias e da comunidade com a escola enquanto ambiente de promoção da cidadania e da inclusão socioeconômica.

MUTIRÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Promover o Mutirão da Alfabetização, programa voltado para alfabetizar as pessoas em idade adulta, através do uso da rede escolar municipal no período noturno, sábados e domingos, com a participação de organizações não governamentais e segmentos sociais.

BIBLIOTECA DO BAIRRO

Estruturar as bibliotecas de escolas municipais estrategicamente localizadas para que funcionem como bibliotecas de bairro, incentivando a integração das comunidades às unidades escolares.

ESCOLA PREMIADA

Implantar mecanismo institucional de premiação com o objetivo de incentivar práticas inovadoras na gestão das unidades escolares, visando valorizar a eficiência nos serviços públicos do sistema educacional. Serão premiadas as equipes escolares que alcançarem

os melhores resultados, tendo como foco a melhoria da gestão nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica, na perspectiva de propiciar condições favoráveis à aprendizagem nas escolas municipais.

SAÚDE

Os maiores problemas na saúde pública municipal podem ser abordados com soluções simples, sem promessas de grandes intervenções, nem a necessidade de novas obras. O quadro geral, contudo, aponta para a urgência de promover amplo diagnóstico do modelo de gestão visando a definição de prioridades, que devem começar por um salto na qualidade da gestão, pelo aumento da resolutibilidade na rede do município e pela integração com os demais serviços de saúde de âmbito estadual e federal.

A organização de sistemas de saúde sob a forma de redes integradas configura-se como a melhor estratégia para garantir atenção integral, efetiva e eficaz às populações assistidas. Esse modelo de gestão trabalha com a possibilidade da construção de vínculos de cooperação e solidariedade entre as equipes e os níveis de gestão dos sistemas de saúde, e tem como objetivo promover a integração de ações e serviços para prover uma atenção à saúde de forma contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada.

Pesquisa realizada pelo Instituto Trata Brasil – Saneamento e Saúde demonstrou que, no ranking das 100 maiores cidades brasileiras, seis municípios de Pernambuco se destacam negativamente com relação aos recursos destinados ao saneamento básico, entre eles o Recife, que ocupa o 69º lugar no ranking com 82% da população recebendo água tratada, e menos de 35% da cidade dispondo de rede de esgoto.

É meu compromisso reorganizar a prática assistencial em novas bases e critérios, com atenção centrada na família, entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social. E garantir equidade no acesso à atenção em saúde, de forma a satisfazer as necessidades de todos os cidadãos, avançando na superação das desigualdades, objetivos do Programa Saúde da Família, que serão incorporados a toda a estrutura administrativa municipal, destacando o trinômio saúde-educação-assistência social.

COMPROMISSOS

GESTÃO DA REDE

Estabelecer padrão de atendimento nas unidades da rede municipal de saúde, evitando disparidades qualitativas entre equipamentos similares.

VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Canalizar investimentos na recuperação da rede existente composta por mais de 100 USF's que constituem a estruturação básica do sistema das ações preventivas de saúde.

PREVENÇÃO INTEGRAL

Fortalecer o Programa de Saúde da Família, valorizando ações permanentes de prevenção – combate às endemias, vacinação, assistência às famílias e ampliação.

Integrar as ações preventivas com a rede escolar municipal, através de programa conjunto de atividades educativas, apoiadas na família, na escola e no Posto de Saúde.

INFORMATIZAÇÃO DA REDE

Implementar o uso de ferramentas de Tecnologia de Informação (TI) na gestão da rede municipal, com objetivo de agilizar a marcação de consultas e exames e qualificar o atendimento à população

REESTRUTURAÇÃO DOS CAPS

Reestruturar as 17 unidades dos Centros de Atendimento Psicossociais vinculados à Prefeitura com atenção no atendimento continuado dos usuários.

REMÉDIO GARANTIDO

Estruturar a logística de aquisição de medicamentos atendendo a um planejamento cauteloso construído em consonância com a demanda real da rede, evitando tanto o desperdício quanto a interrupção no fornecimento das medicações (principalmente as de uso contínuo).

SANEAMENTO BÁSICO

Iniciar um processo de articulação institucional entre os municípios da Região Metropolitana, o Governo de Pernambuco e a Compesa, relativo à implantação dos sistemas de saneamento através de parceria público-privada. O objetivo é identificar os fatores inibidores de sua execução, bem como formas de atuação conjunta capazes de agilizar o cumprimento das metas programadas.

TERCEIRA IDADE

Implantar um projeto-piloto de atendimento ao idoso, o Centro Dia, local de atenção à saúde, à convivência e ao lazer, na forma estabelecida pelo Estatuto do Idoso.

PRÉ-NATAL E PARTO

Garantir a realização do pré-natal das gestantes na rede de saúde (própria e conveniada), articulado diretamente com as maternidades municipais para que se garanta as vagas no período previsto para o parto.

ANIVERSÁRIO DA SAÚDE

Possibilitar às mulheres com mais de 40 anos a realização anual, no mês do aniversário, de três exames preventivos: mamografia, Ultrassom Endovaginal e exame preventivo.

SEGURANÇA

O Brasil registrou a marca recorde de 59.627 homicídios (76% por arma de fogo) em 2014, o que representa um crescimento de 21% quando comparado ao ano de 2004 (Fonte: IPA e o Fórum de Segurança Pública). Uma tragédia cuja maioria das vítimas têm cor (são negros), classe social (pobres), idade (jovens) e endereço (a região Nordeste, onde ocorreu um crescimento de 100%, no mesmo período, à exceção de Pernambuco, com redução de 27%). Na Região Metropolitana do Recife, no primeiro semestre de 2016, os crimes contra o patrimônio (roubos, furtos e sequestros) aumentaram 33% em relação ao ano passado. O número de assassinatos aumentou 16% no período em comparação a 2015. No Recife, ocorreram 309 assassinatos de janeiro a junho/2016, o equivalente a um assassinato a cada 16 horas.

A violência que mata como se o País estivesse em guerra é um fenômeno de enorme dimensão provocado por múltiplas causas que desafiam o poder político e a sociedade como um todo. E é na juventude, entre 16 e 29 anos, onde se concentra grande parte dos fatores que levam à violência – os maiores índices de usuários de álcool, cigarros e drogas. São os que mais sofrem com o desemprego – porta de entrada para a criminalidade.

A segurança permanece, na ótica do cidadão, como uma das mais valorizadas missões do Estado. A cidade quer e reivindica proteção. Sabe-se que a melhor linha de atuação para o atendimento dessa demanda é aquela que envolve as várias esferas de poder, onde possam se somar recursos humanos e logísticos em benefício da população.

Entendo que somente uma ação coordenada pelo poder público, integrada pelo Estado e pelos municípios, pode ser capaz de garantir aos cidadãos a sensação esperada de segurança e de redução da violência. Neste quadro, a gestão municipal deve ser sensível às necessidades dos habitantes da cidade, bem como de seus visitantes.

No exercício da gestão municipal, a segurança dos recifenses não será relegada a segundo plano. Há diversas ações que podem e serão feitas para revestir o ambiente urbano das condições propícias à convivência e à circulação das pessoas, sem sustos nem sobressaltos. A Prefeitura não pode resolver sozinha uma questão dessa complexidade, mas pode, sim, fazer a sua parte. E vai fazê-lo.

COMPROMISSOS

VIGILÂNCIA PÚBLICA

Fortalecer e ampliar a ação de vigilância nos espaços públicos de grande fluxo de pessoas, através da Guarda Municipal, privilegiando os locais de maiores índices de violência através da presença da Guarda Municipal.

Ampliar o sistema de videomonitoramento da cidade.

ILUMINA RECIFE

Requalificar a iluminação da cidade, priorizando as localidades com índice de violência mais elevados e intensa circulação de pessoas, como por exemplo os corredores de transporte, o entorno dos Terminais de Integração, as paradas de ônibus, o entorno das estações do metrô e os centros de comércio e serviço dos bairros.

Utilizar prioritariamente os recursos arrecados da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) para qualificação do parque de lâmpadas das vias e espaços públicos da cidade.

FACHADA VIVA

Incentivar o uso misto – atividades de comércio e serviços – ao nível das calçadas, através de Legislação de Uso do Solo voltada para um novo modelo de ocupação urbana capaz de reduzir as “muralhas cegas” ao longo das calçadas, incluindo incentivos a estas atividades e valorizar o comércio e animação nos espaços públicos.

RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

Recuperar espaços urbanos degradados nas áreas da cidade com altos índices de violência, de modo a devolver às respectivas comunidades espaços de convivência onde se possa ressaltar o sentimento de pertencimento das pessoas com a cidade

COMBATE AO CRACK

Estabelecer parcerias com o terceiro setor para a recuperação de dependentes químicos e o apoio às famílias.

HABITAÇÃO

O direito à moradia adequada foi reconhecido, tornando-se um direito humano universal aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Após essa data, vários tratados internacionais reafirmaram que os Estados, entendidos como poderes públicos, devem promover e proteger este direito.

O direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado, que responde a outras necessidades básicas. Não se resume a uma moradia, e sim ao direito de todos terem acesso a uma localidade em que estejam seguros para viver em paz, com dignidade e saúde. Entendendo-se que a moradia adequada deve incluir: segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; habitabilidade; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis.

A Prefeitura do Recife transformará esse direito numa prioridade da gestão pública municipal, sem adiamentos. Entre os enfrentamentos que não podem mais ser tratados como vêm sendo, temos dois desafios, as palafitas e os moradores em áreas de risco nos morros. A permanência das palafitas no cenário da capital pernambucana é um atestado de descaso social que atinge não apenas o poder público, mas toda a população.

Ao mesmo tempo, famílias penduradas nos barrancos em áreas críticas e sujeitas ao soterramento, exigem uma ação continuada e eficaz de remoção.

Identificar as tendências do mercado e os desejos da população de moradia no centro e junto ao transporte de massa é parte da estruturação das intervenções no tecido urbano, no sentido de ofertar novas fronteiras de expansão considerando a cidade compacta como possibilidade efetiva para o Recife.

COMPROMISSOS

URBANIDADE

Priorizar a eliminação das palafitas do cenário urbano recifense, criando condições efetivas para a construção de moradias dignas para as famílias que residem na beira dos rios e córregos da cidade. Compromisso que requer o uso de todos os recursos disponíveis ou mobilizáveis para aplicação na erradicação do drama humano de milhares de recifenses. Em especial a conclusão dos conjuntos habitacionais paralisados.

ZONA DE HABITAÇÃO SOCIAL

Promover a criação de Zonas Especiais de Habitação Social em áreas estrategicamente escolhidas para receber obras de infraestrutura e construção de moradia para as famílias de baixa renda.

Viabilizar a captação de recursos de fontes nacionais, internacionais e locais para a produção de habitação popular, de forma permanente e em escala compatível com o déficit existente.

EIXO METROVIÁRIO

Criar o “Eixo de Desenvolvimento do Corredor Metroviário”, uma zona especial ao longo da linha oeste do metrô – trecho Afogados/Coqueiral – vocacionada para Operações Urbanas Consorciadas que promovam a renovação e ocupação planejada deste território, disponibilizando áreas para habitação, comércio, serviços e requalificando o entorno das estações.

POSSE DA TERRA

Reestruturar o PREZEIS vocacionando-o para a atuação de regularização de posse da terra nas áreas de interesse social, bem como na formulação de propostas prioritárias para a melhoria das condições de habitabilidade das famílias.

MORADIA SEGURA NOS MORROS

Dar continuidade às ações de proteção, prevenção e remoção nas áreas de risco dos morros, implantando o rígido controle quanto à reocupação e estabelecendo critérios de intervenção apoiados em avaliações eminentemente técnicas.

CULTURA

Por sua condição geográfica e por sua história, o Recife tornou-se um ponto de encontro de povos de várias culturas. Um mosaico de saberes, sotaques e costumes, que resultou numa das cidades de maior diversidade cultural do país.

Centro tradicional de produção artística no Nordeste, o Recife possui como traço característico a mistura da metrópole cosmopolita com as manifestações culturais que refletem a identidade das raízes locais.

Na alegria contagiante, na fé de seu povo, através da música e danças vibrantes, na literatura ou no cinema, o recifense traduz o espírito da arte em expressão cultural, que também habita os museus, os teatros, as igrejas seculares, e outros cenários de um conjunto arquitetônico rico e singular.

Nesse mosaico de reconhecido valor, cabe ao gestor municipal o papel essencial de dar suporte ao desenvolvimento dos potenciais, apoiando e incentivando a produção artística num ambiente propício para o fortalecimento de elos entre a criação, a preservação, a educação e a divulgação do patrimônio material e imaterial recifense.

Em sintonia com as demandas da população e da classe artística, terei como prefeita o compromisso de levar a cultura recifense a todos os cidadãos, especialmente àqueles menos favorecidos economicamente. A democratização da arte e do fazer artístico terão prioridade, através da concepção e implantação de uma política cultural de largo alcance, com o apoio de instrumentos pedagógicos adequados para a nobre e indispensável missão de levar o sopro renovador da cultura ao maior número possível de pessoas.

COMPROMISSOS

CAPITAL CULTURAL

Proporcionar a interação entre a criação, a preservação, a educação e a divulgação do patrimônio material e imaterial recifense, objetivando o surgimento do sentimento e clima de animação cultural de sua gente. Para tanto, utilizar os meios de comunicação, os setores empresariais e os demais níveis de governo para a viabilização de projetos e ações emanadas dos segmentos culturais, que valorizem a beleza e despertem o orgulho do recifense.

GENTE DA GENTE

Apoiar os artistas locais é “trabalhar com gente da gente, que diz o que sente e sabe o que quer”, valorizando sua obra, estimulando a produção artística de modo a fortalecer os valores da cultura local.

Priorizar as manifestações coletivas e individuais do recifense no que se refere à participação em eventos, festejos populares, campanhas promocionais e educativas. Mobilizar o setor privado, construir parcerias, apoiar a formação de projetos para captação de recursos e viabilizar sua execução.

ITINERÂNCIA

Estabelecer um programa de oficinas, cursos, e ateliês contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente as escolas, as bibliotecas e os espaços culturais administrados pelo município. Mobilizar a classe artística local para a realização das atividades programadas.

MUSEU A CÉU ABERTO

Desenvolver uma ação programática para dar visibilidade às obras artísticas e culturais notáveis da cidade, sob a concepção de museu a céu aberto, incluindo monumentos públicos, projetos arquitetônicos e sítios históricos.

Induzir a visitação e disseminar o conhecimento referente aos valores da cultura recifense.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Valorizar a rede de equipamentos culturais da Prefeitura do Recife, garantindo seu funcionamento pleno e adequado. Nesse sentido, priorizar a conclusão dos serviços de reforma do Teatro do Parque, fechado desde 2010.

ESPORTES E LAZER

O lazer é uma das funções clássicas das cidades – morar, trabalhar, circular, recrear – e, como tal, pode e deve ser incorporado às políticas públicas, especialmente como fator aglutinador da convivência e propulsor do bem-estar associado à melhoria da qualidade de vida. A atividade esportiva, por sua vez, além de proporcionar os mesmos efeitos, é recomendável para o cuidado individual com a saúde em todas as faixas etárias.

O esporte e o lazer contribuem para o desenvolvimento local, na medida em que estimulam o florescimento de potenciais, a interação social e o sentimento de identidade comunitária. Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, despertando valores como respeito ao outro e à natureza, e ressaltando a importância da aceitação de regras e do trabalho em equipe.

Uma política integrada de lazer e esportes, viabilizada com recursos obtidos com a parceria entre o setor público e o setor privado, produz comprovados efeitos positivos sobre a saúde pública, a educação cidadã e a formação de uma cultura de paz.

Como prefeita, estimularei a criação de espaços públicos multifuncionais voltados para a vivência do lazer e das atividades esportivas dentro de uma política abrangente de integração entre a escola e a comunidade, ampliando a oferta de quadras e áreas de lazer nas escolas municipais a serem utilizadas pela população nos finais de semana.

A formação de atletas de alto nível será outra vertente do governo municipal, em parceria com a iniciativa privada e organizações não-governamentais.

Atenção especial será dada aos jovens e aos idosos. Para os jovens o esporte é complemento da formação, é proteção aos desvios, é a ocupação do tempo livre. Aos jovens a disponibilização de locais para a prática do esporte coletivo – nas praças, em terrenos baldios, nos estacionamentos ociosos. Aos idosos o lazer e a recreação assistida. A acessibilidade nas praças, nas caminhadas, na convivência sombreada, na assistência a exercícios adequados.

COMPROMISSOS

VIDA SAUDÁVEL

Ampliar e aproveitar espaços públicos que permitam a prática associada entre o lazer e atividades esportivas, nelas incluídas a caminhada, o passeio ciclístico, academias abertas, eventos estruturados e mobilizadores, em especial nas áreas de periferia.

POLIESPORTES

Requalificar as quadras poliesportivas já existentes nas escolas da rede municipal, inserindo-as no conceito de uso pleno para toda a comunidade nos finais de semana, por meio da mobilização de parcerias com Organizações não Governamentais e o setor privado.

INCUBADORA DE ATLETAS

Valorizar espaços para formação de jovens atletas como o Parque do Caiara, o Geraldão, o CSU Bido Krause e os Compaz.

MINHA PRAÇA

Adequar os espaços públicos, em especial as praças dos bairros, para o convívio e o lazer do idoso de forma a ofertar plena acessibilidade, locais de encontro e recreação abertos e protegidos do sol e da chuva.

Estimular as pessoas idosas a saírem de casa e viver a cidade, o vizinho, a comunidade.

DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Os direitos dos cidadãos estão atrelados a conquistas democráticas, mas o conceito de cidadania e sua aplicação podem ser considerados como desdobramentos do ideal democrático. Mesmo quando se toma o exemplo do berço da democracia, a Grécia antiga, ali estavam alijados da participação política as mulheres e os escravos. Para os gregos da época dos primeiros filósofos, cidadãos eram apenas os homens livres, e a democracia valia para poucos, não para todos.

O nascimento da cidadania é fato recente, data de pouco menos de 400 anos. Ao longo dos últimos séculos, a cidadania vem conquistando direitos civis, políticos, sociais e econômicos no mundo inteiro. E vem ampliando seu papel no regime democrático – a tal ponto que quase não se distingue mais a democracia sem o exercício da cidadania.

Porém, a definição clássica e aritmética da democracia como governo da maioria negligenciava os direitos da minoria. O reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos busca reparar esse equívoco, expandindo o raio de alcance democrático na direção de políticas inclusivas e afirmativas.

Graças a essa ampliação, avançou nas últimas décadas o nível de consciência social, com decisivas participações da mídia, das Organizações não Governamentais e a proteção exercida pelo Ministério Público. Além disso, também foram criados mecanismos institucionais no âmbito dos Poderes Executivos e Legislativos, visando consolidar a prática democrática sem a exclusão de qualquer cidadão.

Hoje há um consenso global de que a gestão pública municipal não pode desprezar a responsabilidade sobre a inclusão social – negros, LGBT, mulheres, deficientes - das minorias nas ações de governo. Na prática política contemporânea, é indispensável identificar nas diferenças e na vulnerabilidade das minorias a compreensão de que nada aproxima mais que o diferente.

Desta maneira, pretendo difundir uma cultura de respeito, criando mecanismos que auxiliem a real emancipação da cidadania minoritária, observando os direitos de cada um e de todos, de forma transversal, em todas as políticas públicas da Prefeitura. E incorporar nas obras em execução e na prestação dos serviços públicos os cuidados especiais para pessoas especiais.

COMPROMISSOS

INCLUSÃO DAS MINORIAS

Assumir a responsabilidade de considerar o vetor da inclusão social das minorias nas ações de governo. Identificando nas diferenças e na vulnerabilidade das minorias o compromisso reiterado de que nada aproxima mais do que o que é diferente.

CUIDADOS ESPECIAIS

Incorporar nas obras e na prestação dos serviços públicos os cuidados especiais para pessoas com deficiência. Difundir uma cultura de respeito e criar mecanismos que auxiliem a real emancipação da cidadania minoritária.

REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Preparar a rede municipal para receber crianças com necessidades especiais garantindo, quando necessário, a assistência individualizada, atendendo à legislação vigente.

RESPEITO E PLURALIDADE

Utilizar a comunicação institucional para difundir uma cultura de respeito à diferença e à consciência de que somos uma sociedade plural.

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Capacitar os servidores públicos, em especial os que prestam serviços essenciais à população, para que lidem com as minorias – negros, LGBT, mulheres e deficientes - de forma respeitosa e solidária.

CENTRO MUNICIPAL DE COMBATE À HOMOFOBIA

Fortalecer as ações do Centro Municipal de Combate à Homofobia.

TRABALHO, RENDA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O Direito ao Trabalho e à Renda é parte dos chamados direitos econômicos e sociais. Por ter como base a igualdade, o direito ao trabalho prevê que todas as pessoas têm direito de ganhar a vida por meio de um trabalho livremente escolhido, de possuir condições equitativas e satisfatórias de trabalho e renda e de serem protegidas em caso de desemprego.

Atualmente, temos mais de onze milhões de pessoas procurando emprego no Brasil. Uma taxa de desemprego crescente que retrata o tamanho da crise econômica – 11,3% no segundo trimestre de 2016, a maior taxa da série histórica da pesquisa do IBGE.

É responsabilidade dos governos, federal, estadual e municipal criar um ambiente de negócios favorável à consumação do direito de cada cidadão prover o seu sustento e de sua família com dignidade. Para tanto, a Prefeitura do Recife irá reduzir o tempo de aprovação de empreendimentos e projetos que tenham a geração de empregos entre suas consequências imediatas. E, ainda, estimular a ocupação de negócios em áreas estratégicas da cidade, com o objetivo de abrir novos polos de dinamismo social, cultural e econômico.

Também será meu compromisso introduzir a gestão de emprego e sua permanência como indicador relevante na avaliação de empreendimentos de impacto, considerando ainda a capacitação e a formação do trabalhador nas prioridades de políticas de incentivo do município, fazendo com que a economia se consagre no ambiente de negócios, capaz de promover o desenvolvimento harmônico do Recife.

COMPROMISSOS

FORMAÇÃO PARA O EMPREGO

Estruturar amplo programa de capacitação e qualificação do trabalhador utilizando a rede escolar municipal – além das escolas profissionalizantes - como ponto de apoio à formação para o emprego. Serão mobilizadas as organizações sociais, o Sistema S – SESC, SEBRAE, SENAI, SENAC, agentes públicos e privados para o mutirão da emergência social.

A grade de cursos estará em sintonia com as demandas do mercado, com atenção especial aos segmentos de tecnologia da informação e economia criativa.

PORTA DE ENTRADA

Incorporar ao Balcão do Cidadão, nas unidades regionais de gestão da Prefeitura, o atendimento aos que desejam se transformar em microempreendedores individuais – MEI's – porta de entrada para o empreendedorismo.

Ofertar suporte para o micro negócio através de orientação quanto à visibilidade, localização e vocação do futuro empreendedor.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Criar o Programa de Desburocratização da Gestão Municipal, objetivando a agilidade na tramitação de procedimentos, a transparência dos atos, a segurança jurídica dos contratos e a simplificação de requisitos documentais, criando um ambiente de negócios favorável.

Criar núcleos de análise de processos de aprovação, licenciamento e alvarás de funcionamento.

Implantar em todas as unidades gestoras das RPA's o balcão do cidadão, para atendimento descentralizado das questões burocráticas demandadas pela população do Recife.

TURISMO

O fenômeno da globalização e a intensidade dos fluxos de pessoas e rendas aumentaram significativamente as possibilidades da economia do turismo. O turismo representa 10% da riqueza mundial e é o terceiro setor da economia a gerar mais empregos. O Brasil, em 2014, recebeu 6,4 milhões de turistas, com gastos equivalentes a US\$ 7 bilhões, o que coloca o país no principal destino da América do Sul, significando um impacto no PIB de 6%, gerando cerca de nove milhões de empregos diretos e indiretos.

No Índice de Competitividade em Viagens de Turismo (ITCC), o Brasil aparece, em 2015, na 28ª posição entre 141 países avaliados. Quando o critério é o de vantagem competitiva dos recursos naturais o Brasil ocupa a 1ª posição, e a 23ª em recursos culturais, posições afetadas pelos pontos fracos relativos à infraestrutura terrestre, qualidade do transporte aéreo e segurança.

No caso do Recife, o Turismo de Negócios ocupa um lugar de destaque, rivalizando com o Turismo de Lazer, que hoje está centrado nos atrativos “sol e praia”, ambos insuficientes para ampliar a atratividade dos destinos para o viajante, considerando o elemento cultural como valor indiscutível, é lamentável que seu potencial não seja devidamente explorado na capital pernambucana.

Neste sentido, a minha primeira e principal proposta para o Turismo será reposicionar, estrategicamente, o destino Recife – hoje atrelado a “sol e praia” ou “eventos e negócios” –, agregando-lhe valor por meio do nosso exuberante e atraente mosaico cultural, que vai do barroco meridional, passando pelos sabores da terra, à riqueza e à pluralidade dos ritmos que caracterizam a nossa musicalidade.

Em sequência, é fundamental uma estreita articulação com agentes públicos e o empresariado de modo a que cada ator contribua com o fortalecimento de uma cultura receptiva em que o turista sinta a mistura de eficiência com hospitalidade.

Por fim, o investimento em marketing turístico, com o “produto” a ser difundido em centros e congressos relevantes, de modo que eventos já consagrados, mas também a essência da cidade do Recife se transforme em uma referência para o empreendedor e os turistas.

COMPROMISSOS

VIVA O RECIFE

Reposicionar, no âmbito da Gestão Municipal o conceito do turismo, agregando ao produto sol e mar os ciclos de carnaval, junino e natalino, o rico patrimônio cultural da cidade. Redefinir, estrategicamente, o papel da Prefeitura como agente difusor dos ativos turísticos em eventos nacionais e internacionais para divulgação do Recife, envolvendo de forma transversal todas as áreas do governo municipal.

TURISMO O ANO INTEIRO

Articular com os agentes da cadeia produtiva a criação de agenda permanente de turismo, contemplando os 365 dias do ano, incorporando os elementos culturais existentes – museus, sítios históricos, monumentos, teatros, centros culturais, eventos, shows, gastronomia, hotelaria e parques naturais, bem como inserindo a componente de eventos – congressos e feiras – na agenda anual do turismo local.

O RECIFE DAS PONTES

Valorizar as pontes históricas do Recife como elementos de atração turística, criando no entorno da Ilha do Bairro do Recife um projeto piloto com embutimento da fiação elétrica nas pontes do Limoeiro, Buarque de Macedo, Maurício de Nassau e Giratória.

FEIRINHA DE BOA VIAGEM

Requalificar a Feirinha de Boa Viagem, patrimônio turístico e cultural do povo pernambucano, a partir da valorização dos artesãos e da estruturação do seu espaço físico, reposicionando o lugar como símbolo da Zona Sul da cidade.